



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

SÚMULA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO IFSC

Data: 26/08/2013

Horário: 08:30

Local: Auditório da Reitoria

Pauta:

1) Diretrizes do Planejamento Estratégico

Apresentação: Andrei Zwetsch Cavalheiro – Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Informações/discussão:

- A discussão sobre o Planejamento foi dividida em 04 partes: a) metodologia de planejamento; b) estrutura organizacional – vagas e funções; c) políticas da gestão para a oferta de curso; e d) métricas para o plano de oferta de cursos.

- O pró-reitor Andrei destacou a importância do planejamento estratégico, tendo em vista que quanto mais a instituição planejar, melhor vai executar. O planejamento estratégico deve estar alinhado ao plano plurianual e os órgãos de controle, TCU e CGU, já apontam um caminho. Os gestores estão preparando o IFSC para atuar conforme o modelo planejado.

- A Reitora ressaltou que o que está sendo trabalhado no PDI será a definição do plano da instituição para os próximos 05 anos. Além de definir as metas, devem ser definidos os critérios para atuar de modo coletivo e solidário. Não se pode pensar somente na sua realidade e na sua individualidade, é preciso ter uma dimensão do coletivo e atuar em rede, para avançar mais rápido pelo estado de Santa Catarina. A gestão tem feito reuniões muito produtivas com o Sinasefe e as decisões não são somente da Reitoria, são construídas coletivamente. Todos precisam atuar de forma coletiva, senão não vamos avançar do modo que a nossa comunidade precisa. O IFSC precisa ser propositivo e efetivo naquilo que faz, que é oferecer educação de qualidade. Para a LOA deste ano foi considerado o percentual de aluno por professor. O orçamento é proporcional ao número de alunos da instituição e existem situações adversas em relação a esse indicador. É um trabalho complexo e difícil, porque tem que se fazer escolhas para usar os recursos do IFSC. O Codir deve analisar de modo profundo todo o trabalho realizado pela PRODIN.

a) Metodologia de planejamento:

- Destacou-se que a Prodín está trabalhando no avanço da metodologia do planejamento e é bastante complexo trabalhar com o planejamento do instituto, que é uma instituição com 23 endereços. No ano passado se estabeleceu 18 macroprojetos institucionais e os projetos das pró-reitorias e dos câmpus devem estar integrados com os macroprojetos. Nos próximos anos o IFSC terá o PDI como macroprojeto estratégico para nortear o planejamento da instituição. No PDI estarão definidos a missão, visão e valores e os objetivos estratégicos.

- O que muda do Planejamento Institucional 2013-2014, elaborado no ano passado, para o Planejamento Estratégico é que, para cada objetivo, primeiro será identificado o indicador e depois a meta, definindo qual o esforço de cada câmpus para atingir a meta global. Por sua vez, os objetivos estratégicos e iniciativas terão papel similar aos que, respectivamente, tem os Objetivos Gerais e Objetivos Específicos no Planejamento Institucional. Para se chegar aos objetivos estratégicos será realizado o diagnóstico SWOT (fraquezas, forças, ameaças e oportunidades).

- Foi apresentado um exemplo de planilha de Plano de Oferta de Cursos e Vagas - POCV e destacou-se que será criada uma comissão temática com representantes da PROEN, PRODIN e chefes/diretores DEPE dos câmpus para discutir o POCV. Para os casos onde ainda não se tem a carga horária dos cursos, poderá ser usado como modelo um curso semelhante. Será necessário definir de forma mais detalhada a carga horária das áreas para ter um número melhor da quantidade de carga horária por professor.

- Além da questão relacionada ao número de servidores é necessário prever o dimensionamento do espaço físico do câmpus, considerando os percentuais de oferta por nível dentro da meta legal ou estratégica.
- Ressaltou-se que foi agendada uma oficina para explicar aos câmpus como se trabalha com a matriz SWOT e foi apresentado o cronograma das atividades do planejamento estratégico e do Plano de Oferta de Cursos e Vagas.

b) Estrutura organizacional:

Vagas urgentes: Foi apresentado o fluxo para a análise de vagas urgentes, ou seja, aquelas que não podem aguardar a data prevista de posse. Foi explicado o fluxo do processo: os câmpus enviam memorando com a necessidade de vaga urgente à PRODIN, que analisa o modelo e se está de acordo, encaminha à DGP para verificação de 5 quesitos (1- vaga, 2- código de vaga, 3- intenção de remoção, 4- lista de homologados e 5- pedidos de redistribuição). Por último a Reitoria analisa os critérios e finaliza o processo ou encaminha novamente à DGP para providências.

- A Reitora destacou que há 02 datas previstas para a posse, 13/09/2013 e 02/01/2014. Fora dessas datas somente haverá posse de servidores em casos de extrema necessidade. Após a homologação das remoções, deverão ser chamados os candidatos da lista de espera do concurso. O edital de manifestação de interesse ainda não está finalizado. Os casos de falta de docentes, para ministrar aula no câmpus, devem ser analisados de modo técnico, para avaliar o impacto dessa movimentação. A Reitora destacou também que a instituição poderia fazer um processo mais simples com a chamada do concurso, mas a gestão quis possibilitar a movimentação do servidor do IFSC, atendendo os seus anseios. A PROAD e a PROEN estão trabalhando intensamente para resolver as questões críticas e decidindo de forma conjunta.

Vaga de TAEs – estudo do modelo de distribuição: Em junho de 2012 foi publicada a lei 12.677 que criou as vagas para a expansão da rede federal de educação. A projeção inicial do número de servidores para os câmpus da Expansão II era 60 professores e 45 TAEs. Conforme o modelo aprovado no Codir em agosto de 2012 para atender o prazo de solicitação de códigos à SETEC o total de servidores TAEs era 1340.

- Em maio de 2013 houve uma nova solicitação da Setec e a PRODIN, juntamente com a PROAD, elaborou um novo modelo, conforme a tipologia de câmpus apresentada pela Setec. Com esse novo modelo de distribuição houve uma diminuição do total de 1340 para 1156.

Quadro de TAEs: Segundo o modelo da Setec, os câmpus foram distribuídos em 03 tipologias: câmpus de médio porte – Florianópolis, câmpus pré-existentes – São José e Jaraguá do Sul, e câmpus das fases I, II e III – os demais 18 câmpus. A partir do modelo definido pela Setec, com as tipologias de câmpus e o quantitativo de TAEs, o GT Quadro apresentou um novo estudo que considerou não o tamanho do câmpus, mas sim a forma como cada um vai se organizar para desenvolver as atividades.

- Foi apresentada a projeção de vagas de TAEs e, de acordo com as tipologias de câmpus e o quantitativo de TAEs do modelo estabelecido pela Setec, o IFSC receberá, além da previsão inicial, mais 12 códigos de nível E, 10 códigos de nível D, e 43 códigos de nível C. Na comparação entre o modelo da Setec e o do IFSC há uma defasagem de 26 vagas, ou seja, o banco do IFSC está acima do modelo definido pela Setec e não há previsão de novas vagas antes da promulgação de uma nova lei de criação de códigos de vaga.

- A nova proposta do GT Quadro define que alguns câmpus seriam enquadrados como: Tipo VI (20 TAEs: 7E, 10 D, 4C) que seria a estrutura mínima de referência para funcionar; Tipo V (27 TAEs: 9E, 14D e 4C) que pode ser o teto de algum câmpus ou a estrutura intermediária até se chegar a um modelo de câmpus maior; Tipo IV (37 TAEs: 10E, 21D, 6C); e o Tipo III (44 TAEs: 12E, 27D e 5C). O modelo proposto pelo GT não considerou os cargos que estão em extinção, uma vez que não há previsão de reposição.

- Existe no CONIF uma discussão sobre os cargos criados que ainda não foram usados na estrutura da instituição para que sejam transformados em cargos necessários para o IFSC. Porém não ainda há nenhuma sinalização nesse sentido.

- Os dirigentes questionaram sobre como será substituído o cargo em extinção, sobre a classificação dos câmpus Florianópolis e São José que segundo o modelo da Setec parecem congelados e não aparecem no modelo do GT Quadro, e sobre a necessidade de discutir no PDI a lógica de desenvolvimento do câmpus.

- O pró-reitor Andrei destacou que as atividades dos cargos em extinção estão sendo substituídas por serviços terceirizados. Para os câmpus Florianópolis e São José não é necessário fazer o modelo de referência, pois o número de servidores é superior à tipologia proposta pelo GT QUADRO, e são casos únicos no IFSC.

Quadro de docentes: Com relação ao número de professores dos câmpus, um critério que foi utilizado é a RAP – relação aluno professor, ou seja, 01 professor para cada 20 alunos, entretanto existem outros critérios

que podem ser considerados.

- As vagas de 40h e 40h DE para o total de vagas contam como 01, e os de 20h contam como 0,5, embora para o banco conte de forma diferente.

- Foram apresentadas 02 hipóteses, apenas a título de ilustração: com um teto de 60 docentes para todos, mais o número existente de docentes em FLN, SJE e JLE, se chega a um total de 1568, acima dos 1430 informados pela Setec como projeção para o IFSC. Já com um teto de 40 docentes para alguns câmpus, se chega a um total de 1428 professores, desconsiderado, ainda, o Centro de Formação e Apoio à EaD.

Estrutura de funções: O início da discussão sobre o quadro de funções aconteceu na reunião de 03 de junho, porém ainda não houve definição. O GT do Consup apresentou a proposta de alteração do art. 67 com a padronização de algumas funções, segundo diretrizes de distribuição por áreas, processos ou macroprocessos. Naquela ocasião, foram feitas críticas em relação à padronização da FG1 e a discussão foi adiada.

- A estrutura prevista por câmpus no Regimento Geral e na Resolução 33/2012/Consup, que foi definida pelo Codir para a distribuição dos cargos de direção - CD e funções gratificadas - FG em 2012, é de 1 CD2, 2 CD4, 4 FG1 e 8FG2.

- A definição da estrutura de funções poderá ser feita por setores ou áreas, mas nesse momento é necessário decidir se, para a elaboração do PDI, o quadro de referência dos servidores deverá estar alinhado à estrutura de funções ou será tratado de forma separada. Os dirigentes decidiram tratar a estrutura de funções de forma separada em relação ao quadro de cargos da instituição.

- Ressaltou-se que o quadro de cargos é um modelo de referência, que aponta um quantitativo de vagas a ser observado, mas cuja distribuição dentro dos setores do câmpus será de autonomia de cada gestor. Ressaltou-se também que o Codir precisa resolver essa distribuição com os cargos que estão disponíveis, e não com a estrutura que os câmpus gostariam de ter, destacando que não haverá novos códigos, senão pela publicação de lei e isso não deverá acontecer antes de 2015.

- Com a definição da estrutura mínima segundo o modelo apresentado haveria a garantia de vagas para todos os câmpus, com exceção de 02 vagas de assistente social.

c) Métricas para o plano de ofertas de cursos e vagas:

- O Termo de Acordo de Metas – TAM determina como metas: 1- o índice de eficiência da instituição com ocupação de 90% das vagas em 2016; 2- o índice de eficácia com taxa de conclusão de 80% em 2016 e 70% em 2013; e 3- o número de alunos matriculados em relação à força de trabalho com RAP = 20. A meta 3 do TAM tem impacto direto na oferta de vagas e considera a RAP = 20/1, ou seja, 20 alunos para cada professor.

- Para se definir o POCV existem 02 possibilidades: partir de um número pré-fixado de professores para o câmpus ou partir de condições de contorno, como estrutura, quadro de TAEs e a demanda de cursos na região.

- Seguindo a lógica de elaboração do Plano de Oferta por estrutura e demanda é possível planejar: a) dentro do espaço físico disponível, b) de acordo com a capacidade do quadro de referência de TAEs, e c) com base nos PPCs do câmpus. O número de professores por câmpus não deve ser fixo no primeiro momento. Pode-se fazer uma previsão de quantos servidores o câmpus poderá ter e definir quais os parâmetros a seguir para atingir a meta.

- Destacou-se que até 2015 não há previsão de mais servidores, pois não existe previsão de nova lei. Para atingir as metas é preciso ter alunos: o aumento do número de servidores está relacionado ao aumento do número de alunos e disponibilidade de espaço físico. O planejamento estratégico é justamente para pensar a projeção dos câmpus de forma qualificada. A projeção do câmpus tem que considerar a estrutura física, a possibilidade de novas vagas, o quadro de TAE's e docentes e a demanda de cursos.

- A discussão sobre o POCV que será realizada pela comissão temática formada pela PROEN, PRODIN e os chefes DEPE deverá procurar o máximo possível alinhar a instituição à realidade do seu entorno. O tempo necessário para a elaboração das propostas está previsto no cronograma. Para a 1ª rodada de discussão não é necessário definir o teto de professores. A questão da carga horária está sendo discutida na revisão da Resolução 13/2008, mas para fins de planejamento seria importante definir uma carga horária média de 14 horas-aula.

- A PRODIN e a PROEN vão construir uma planilha modelo tentando incorporar as condições de contorno, considerando o RAP de 20/1.

d) Políticas da gestão para a oferta de cursos:

- O Codir precisa definir questões referentes à oferta de cursos no que se refere a Pronatec, FIC, Proeja, verticalização, EaD e formação de formadores.
- Considerando a lei 11.892/2008 de criação dos institutos federais referente às finalidades e características destacou-se: promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior; constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino. Entre os seus objetivos destacam-se a educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada, realizar pesquisa aplicada e desenvolver atividades de extensão.
- A lei 11.892/2008 estabelece os percentuais mínimos da oferta acadêmica, que também estão definidos no TAM: 50% de ensino técnico de nível médio, 20% de licenciaturas e formação de professores, além de 10% da oferta de Proeja.
- A pró-reitora Daniela de Carvalho Carrelas destacou, com relação à formação de professores, que o IFSC precisa afirmar a sua identidade como instituto federal, tendo como referência a lei de criação dos institutos. A proposta dos NeaDs nos câmpus tem como objetivo ser ofertante e receber cursos, pois existem demandas pontuais para ser ofertada pela EaD, além de ampliar a visão de câmpus e a sua área de atuação.
- Os dirigentes destacaram que a identidade dos institutos federais é o ensino técnico, mas que o percentual de 50% poderá diminuir a medida que a verticalização acontecer e questionaram se essa verticalização poderá ser integrada com outros câmpus ou com outras instituições.
- Foram apresentadas e aprovadas as propostas das diretrizes do IFSC para a oferta de cursos considerando os percentuais exigidos na lei: mínimo de 50% de vagas em nível técnico (mínimo de 50% em cada câmpus); mínimo de 20% de vagas para formação de formadores (se a oferta somada dos campi for igual a X%, a oferta do Centro de Formação e Apoio à EaD deverá ser de pelo menos 20-X%); mínimo de 10% para PROEJA (Proeja Técnico: conta nos 50%, Proeja FIC: conta nos 30%; todos os câmpus deverão propor oferta, ainda que inferior a 10% de suas vagas;).
- O acordo de diretrizes para a oferta de FIC foi a oferta regular ou oferta via pronatec, conforme demanda e opção do campus, e a oferta FIC PRONATEC aparece na planilha de cursos, mas não deve computar carga horária quando não estiver enquadrada nas regras da resolução de atividades docentes. Sobre a verticalização da oferta decidiu-se que a oferta deve ser organizada em itinerários formativos, do FIC ao superior, em pelo menos 1 eixo, e a articulação da verticalização entre eixos, com câmpus da região, com outras Redes e Institutos, ou ainda via oferta de EaD e pode compor itinerários formativos intrarrede (IFSC).

Encaminhamento: Os dirigentes devem analisar as propostas apresentadas para o quadro de referência de TAEs e docentes, assim como as tipologias de câmpus para definir na próxima reunião do Codir os modelos que deverão constar no PDI. A estrutura de funções também será discutida e definida na próxima reunião. As questões referentes ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas serão discutidas conforme cronograma do PDI.

A reunião foi encerrada às 18:24.

Lista dos presentes:

Maria Clara Kaschny Schneider

Albertinho Della Giustina

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Daniela de Carvalho Carrelas

Elisa Flemming Luz

Erci Schoenfelder

Golberi de Salvador Ferreira

Jorge Luiz Pereira

Juarez Pontes

Margarida Hahn

Maria Bertília Oss Giacomelli	Representada por Maria Angélica Bonadiman Marin
Mário de Noronha Neto	Representado por Luiz Henrique Castelan Carlson
Maurício Gariba Júnior	Representado por Aloísio Silva Júnior
Maurício Martins Taques	_____
Mauro Ceretta Moreira	Representado por Sandra Fátima Sette
Nelda Plentz de Oliveira	Representada por Luiz Otávio Cabral
Marlon Vito Fontanive	_____
Marcílio Lourenço da Cunha	_____
Olivier Allain	_____
Raquel Matys Cardenuto	_____
Rita de Cassia Flôr	_____
Sandra M. Bastianello Scremin	_____
Sérgio Seitsi Uda	_____
Silvana Rosa Lisboa de Sá	_____
Telma Pires Pacheco	_____
Vanderlei Antunes de Mello	_____
Vilmar Silva	_____
Widomar Pereira Carpes Júnior	Representado por Carlos Alberto Souza
Secretária do Colégio de Dirigentes	_____